



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

**PARECER Nº 300/CG/CMPV-2025**

<b>PROCESSO:</b>	00600-00030083/2025-50-e
<b>ORIGEM:</b>	Ofício Interno Nº 02/DTS-2025 (Peça 01)
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de combustíveis fósseis.
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>	R\$ 55.238,79
<b>ASSUNTO:</b>	Análise quanto à Dispensa de Licitação.
<b>PARECER JURÍDICO:</b>	Nº 127/PG/CMPV/2025 (e-DOC BE7A7ABC)

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCSC, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº 00600-00030083/2025-50-e, advindo da Douta Procuradoria Geral, que trata da contratação de empresa especializada em fornecimento de material de consumo (Gasolina Comum e Diesel S10), com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme Termo De Abertura De Processo (e-DOC 8A8820A3), Ofício Interno Nº 02/DTS-2025 (e-DOC AEDE448A), como anexo deste documento o Documento de Formalização de Demanda, acompanhado do Estudo Técnico Preliminar nº 08/2025 (e-DOC 06D71BA5) e do Termo de Referência Nº 08/2025(e-DOC BBDD495C), cujos bens a serem adquiridos segue descrito conforme item 13.2 – Da Estimativa Das Despesas, qual seja:



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

Item	Estimativa em Litros	Média Geral de Preços em JUL/2025	Valor Estimado
Gasolina comum	2.550	R\$ 7,11	R\$ 18.130,50
Diesel S10	6.400	R\$ 6,68	R\$ 42.752,00

No e-DOC 06D71BA5 – Peça 4, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 08/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e **dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional n.º 14.133/2021), contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação.**

No e-DOC BBDD495C – Peça 05, constata-se o Termo de Referência nº 08/2025 como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto “Contratação de empresa especializada em Fornecimento de Combustíveis Fósseis (Gasolina Comum e Diesel S10)”, o que realmente foi solicitado.

Consta no e-DOC D679CEB1 – Peça 07 as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios (e-DOC 3FEE94B9), elaborado pela Divisão De Compras E Instrução Processual, devidamente assinado pelo servidor Derlon Diogenes Marim – Chefe divisão de compras e instrução processual, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **“CALAMA AUTO POSTO CNPJ: 53.388.025/0001-70, com o valor total R\$ 55.238,79(cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e nove reais)**, conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

EMPRESA PROPONENTE	VALOR DA PROPOSTA
<b>CALAMA AUTO POSTO CNPJ: 53.388.025/0001-70</b>	<b>R\$ 55.238,79</b>
MIRIAN AMAZONAS AUTO POSTO Ltda CNPJ: 09.300.057/0001-80	R\$ 60.384,50
IMPERATRIZ AUTO POSTO COMÉRCIO DE	R\$ 54.281,57



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA CNPJ: 37.208.047/0001-55	
<b>MEDIA PREÇO TOTAL (R\$)</b>	<b>R\$ 56.634,95</b>

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 127/PG/CMPV/2025 (e-DOC BE7A7ABC - peça 19), doutrinando através do art. Art. 75, caput, inciso II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação, ressaltando que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que *"esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por DISPENSA, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa."*

No e-DOC 036A0FDA – peça 14, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 30/2025 – no elemento 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO –, **no valor TOTAL de R\$ 55.238,79(cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e nove reais)**, atendendo assim, o que declina o artigo nº 150 da respectiva Lei de Licitação, que assim reza:

**Art. 150.**

**Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.**

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo farta documentação da empresa ofertante do menor preço, como se observa nos e-DOC C7A55EA0 – Peça 09 e e-DOC 6BBA0679 – Peça 10, tais como certidões negativas exigidas em leis – devidamente atualizadas quando do envio da cotação de preços, todavia não foi acostada aos autos a respectiva confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser autenticadas e atualizadas por ocasião do pagamento da despesa pela Divisão de Contratos –, bem como documento de habilitação, tais como contrato social e documento dos sócios.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

---

Contudo, não vislumbramos a certidão de Ações judiciais de Falências e Recuperações Judiciais (1º grau) do tribunal de Justiça de Rondônia.

No e-DOC B26C1A84 – Peça 17, encontra-se acostado a análise técnica da comissão permanente de licitação acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

**Encaminhe-se:**

**À**  
**GERÊNCIA ADMINISTRATIVA**

1 – Anexar aos autos processuais a certidão de Ações judiciais de Falências e Recuperações Judiciais (1º grau) do tribunal de Justiça de Rondônia;

2 – Anexar as respectivas confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser autenticadas e atualizadas por ocasião do pagamento da despesa.

**AO**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA:**

- 1- Tomar conhecimento deste parecer
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa

**A**  
**DIVISÃO DE ORÇAMENTO:**

Emitir nota de empenho no valor total de R\$ 55.238,79 (cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos), no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no e-DOC 036A0FDA – peça 14, discriminando o item de acordo com o detalhamento da nota de pré-empenho, observando as orientações dessa Controladoria.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

Controladoria Geral  
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

---

**A**

**PROCURADORIA GERAL**

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 15 de setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

**Ivair Martins Passarinho**  
**Controlador Geral CMPV**  
**Dec. 555/2025**



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 15/09/2025, 11:04:22